

Artigo

**RACISMO AMBIENTAL E INJUSTIÇA AMBIENTAL NO ESTADO DE  
SÃO PAULO: A LUTA DOS MORADORES DE FAVELAS E COMUNIDADES  
URBANAS DIANTE DOS PRECÁRIOS SERVIÇOS DE  
ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

**ENVIRONMENTAL RACISM AND ENVIRONMENTAL INJUSTICE  
IN THE STATE OF SÃO PAULO: THE STRUGGLE OF THE  
RESIDENTS IN SUB-STANDARD CLUSTERS FACING  
PRECARIOUS SEWAGE TREATMENT SERVICES**

**RACISMO AMBIENTAL E INJUSTICIA AMBIENTAL EN EL ESTADO DE  
SÃO PAULO: LA LUCHA DE LOS HABITANTES DE BARRIOS Y  
COMUNIDADES URBANAS ANTE LA PRECARIEDAD DE LOS SERVICIOS  
AGUAS RESIDUALES**

**José Moacir de Sousa Vieira**

Doutorando em Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Vale do  
Paraíba (UNIVAP), São José dos Campos, São Paulo, Brasil.  
E-mail: Jmoacir.sv@gmail.com

**Rodolfo Moreda Mendes**

Doutor em Engenharia Geotécnica, Centro de Monitoramento e Alertas de  
Desastre Naturais (CEMADEN - MCTI) São José dos Campos, São Paulo,  
Brasil. E-mail: rodolfo.mendes@cemaden.gov.br

**Mario Valério Filho**

Doutor em Agronomia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São  
Paulo, Brasil. E-mail: mvalerio@univap.br

**Delma Santos Vieira**

Mestranda em Desenvolvimento Humano, Universidade de Taubaté (UNITAU),  
Taubaté, São Paulo, Brasil. E-mail: delmasv16@gmail.com

**Douglas Santos Vieira**

Graduando Interdisciplinar em Ciência e Economia, Universidade Federal de  
Alfenas (UNIFAL), Varginha, Minas Gerais, Brasil.  
E-mail: douglas.vieira@sou.unifal-mg.edu.br

**Cilene Gomes**

Doutora em Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São  
Paulo, Brasil. E-mail: cilenegs@univap.com

DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v14n2-22-2025>

Submitted on: 3.21.2025 | Accepted on: 3.24.2025 | Published on: 4.8.2025

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a relação do racismo ambiental e da injustiça ambiental com a precariedade dos serviços de esgotamento sanitário em favelas e comunidades urbanas no estado de São Paulo. A pesquisa utiliza a Abordagem Dialética e procedimentos metodológicos fundamentados na técnica de documentação indireta em fontes estatísticas de órgãos oficiais, além de revisão bibliográfica. Os resultados evidenciam as dificuldades enfrentadas pelos moradores de favelas e comunidades urbanas paulistas pertencentes a grupos de baixa renda, e pelos negros, no acesso aos serviços de esgotamento sanitário. O presente estudo proporciona uma compreensão mais ampla das complexas interações entre o racismo e a injustiça ambiental com a precariedade do saneamento, enfatizando a carência de medidas concretas para enfrentar as desigualdades estruturais nessas comunidades marginalizadas. Os resultados também indicam a necessidade de uma abordagem que inclua esferas governamentais, movimentos sociais e a sociedade civil, para enfrentar as desigualdades no saneamento básico. Essa questão vai além do aspecto técnico ou financeiro, sendo importante para promover a justiça social e ambiental, por meio da formulação de políticas inclusivas e do desenvolvimento de estratégias destinadas a estabelecer condições mais igualitárias para melhorar a qualidade de vida e bem estar.

**Palavras-chave:** Racismo Ambiental. Injustiça Ambiental. Saneamento Básico. Serviços de Esgotamento Sanitário. Favelas e Comunidades Urbanas.

## ABSTRACT

His article aims to analyze the relationship between environmental racism and environmental injustice with the precariousness of sanitary sewer services in favelas and urban communities in the state of São Paulo. The research utilizes a Dialectical Approach and methodological procedures based on the technique of indirect documentation from statistical sources of official bodies, in addition to a literature review. The results highlight the difficulties faced by residents of favelas and urban communities in São Paulo, particularly those from low-income groups and black communities, in accessing sanitary sewer services. This study provides a deeper understanding of the complex interactions between racism and environmental injustice with the inadequacies in sanitation, emphasizing the lack of concrete measures to address structural inequalities in these marginalized communities. The findings also point to the need for an approach that includes governmental spheres, social movements, and civil society to tackle inequalities in basic sanitation. This issue extends beyond technical or financial aspects, being crucial for promoting social and environmental justice through the formulation of inclusive policies and the development of strategies aimed at establishing more equitable conditions to improve quality of life.

**Keywords:** Environmental Racism. Environmental Injustice. Basic Sanitation. Sanitation Services. Favelas and Urban Communities.

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la relación entre el racismo ambiental y la injusticia ambiental con la precariedad de los servicios de saneamiento en favelas y comunidades urbanas del estado de São Paulo. La investigación utiliza el Enfoque Dialéctico y procedimientos metodológicos basados en la técnica de documentación indirecta en fuentes estadísticas de organismos oficiales, además de una revisión bibliográfica. Los resultados destacan las dificultades que enfrentan los habitantes de favelas y comunidades urbanas de São Paulo pertenecientes a grupos de bajos ingresos y personas negras en el acceso a los servicios de saneamiento. Este estudio proporciona una comprensión más profunda de las complejas interacciones entre el racismo y la injusticia ambiental con el saneamiento deficiente, destacando la falta de medidas concretas para abordar las desigualdades estructurales en estas comunidades marginadas. Los resultados también indican la necesidad de un enfoque que incluya esferas gubernamentales, movimientos sociales y sociedad civil para abordar las desigualdades en saneamiento básico. Esta cuestión va más allá del aspecto técnico o financiero, siendo crucial promover la justicia social y ambiental, a través de la formulación de políticas inclusivas y el desarrollo de estrategias orientadas a establecer condiciones más igualitarias para mejorar la calidad de vida.

**Palabras clave:** Brasil. Racismo Ambiental. Injusticia Ambiental. Saneamiento Básico. Servicios de Alcantarillado. Favelas y Comunidades Urbanas.

## INTRODUÇÃO

O exacerbado crescimento urbano tem levado a uma ampliação do número de habitantes que vivem em condições precárias em favelas e comunidades urbanas, especialmente no estado de São Paulo, considerando a dimensão de sua densidade demográfica. A ausência de políticas públicas e de um planejamento urbano inclusivo propicia uma expansão rápida dessas moradias, caracterizadas pela falta de infraestrutura e saneamento (Maricato, 2015). No contexto brasileiro, a urbanização está intimamente ligada à dinâmica do mercado imobiliário, moldada pela lógica de acumulação capitalista. Isso resulta na expulsão das classes menos favorecidas para áreas periféricas, encostas e subúrbios urbanos, gerando uma crise de ordem urbana e habitacional, evidenciada por condições precárias de moradia e de vida (Vieira, 2023).

De acordo com Maricato (2021, p. 39), o processo de urbanização se revela de modo cruel, “como uma máquina de produzir favelas”, para agredir as

peças e o meio ambiente, gerando desigualdades socioeconômicas e marginalização de comunidades inteiras. Indivíduos de recursos limitados, setores afetados pela injustiça ambiental, porções que são deixadas de fora e cidadãos mais suscetíveis à exclusão social vivenciam a precariedade de infraestrutura, a falta de saneamento e a deterioração das condições habitacionais, culminando em uma profunda crise habitacional, ambiental, social e humana, crise agravada pela não resolutividade de uma problemática estrutural e histórica (Vieira; Valério Filho; Mendes, 2024a).

A urbanização acelerada, no último século, especialmente no Sudeste do Brasil, impulsionada pela industrialização e por intensas migrações, desafia a oferta de serviços essenciais, como o esgotamento sanitário em favelas e comunidades urbanas. A expansão das periferias é marcada por construções precárias e impostas pela especulação imobiliária. Portanto, a urbanização se torna um empreendimento capitalista, controlado por interesses privados, transformando os espaços urbanos conforme os princípios neoliberais, o que acentua a segregação. Para os mais desfavorecidos, como os habitantes de favelas, ela se manifesta por expulsões violentas, visando valorizar o espaço por meio das estratégias de agentes hegemônicos (Pádua, 2015).

Ao longo do processo de configuração do Estado brasileiro e de formação socioterritorial do país, desde o Período Colonial, percebemos uma constância de experiências sanitárias desfavoráveis para as populações pobres e negras. Essas experiências são marcadas pela carência de acesso aos serviços de saneamento, refletindo diretamente na qualidade de vida e na saúde das pessoas. Notavelmente, nas comunidades economicamente desfavorecidas e para os negros<sup>1</sup>, a ausência de saneamento básico acarreta impactos trágicos, manifestando-se em perdas diárias de vidas, com condições higiênicas precárias, com saúde fragilizada e uma qualidade de vida extremamente comprometida. Essa realidade é uma decorrência da interação complexa entre a negligência institucional do Estado, que agrava ainda mais as adversidades

---

<sup>1</sup> Neste estudo, optamos fazer uso do vocábulo *negro*, de uma categoria teórico-política e que é reconhecida pelo governo e pelo Movimento Negro (Jesus, 2020).

enfrentadas por populações desatendidas, sendo a injustiça ambiental um dos fatores que contribuem para essa situação (Batista *et al.*, 2012).

A complexa dinâmica da urbanização no estado de São Paulo, caracterizada pela rápida expansão e pelo processo de periferização, revela aspectos preocupantes que podem ser diretamente associados ao fenômeno do racismo ambiental. O grande desafio para a gestão do território pelo Estado está profundamente entrelaçado com a segregação socioespacial, envolvendo as áreas periféricas com restrições substanciais. Nesse contexto, a perpetuação da desigualdade limita drasticamente a mobilidade dessas comunidades discriminadas em direção a locais com infraestruturas urbanas mais desenvolvidas, intensificando as disparidades ambientais e sociais. “A partir de tais indagações, pode-se constatar que o curso da urbanização entre nós foi não só cruel, como também, dilacerante” (Seabra, 2004, p. 305).

Nas cidades globais, diversas distinções evidenciam uma dualidade marcante na morfologia social contemporânea. De um lado, há uma expressiva concentração de riqueza nas classes privilegiadas, caracterizando um processo de consumo favorecido. De outro lado, notamos um aumento na socialização da pobreza, com as classes menos favorecidas sendo segregadas em espaços precários. Apesar de coexistirem na mesma cidade, essas realidades interagem de modo limitado, sendo raros os encontros entre esses grupos e, quando ocorrem, são marcados pela subordinação, policiamento e controle exacerbado e unilateral (Sassen, 2008). Essa dinâmica se reproduz nas favelas e comunidades urbanas especialmente nas cidades paulistas, onde a expansão urbana precária se apresenta em lugares com presença predominante de indivíduos economicamente desfavorecidos e grupos discriminados, a exemplo da população negra, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2020).

Ao examinar a distribuição habitacional urbana de muitas cidades, fica evidente a brutal desigualdade. As regiões mais propensas a desastres naturais (enchentes, alagamentos e deslizamentos de terra) e carentes de serviços de saneamento básico costumam ser habitadas por indivíduos economicamente desfavorecidos e por grupos discriminados. Muitas dessas áreas são legalmente



restritas para a ocupação, classificadas como Áreas de Proteção Permanente (APPs), que abrange as nascentes e margens de rios, as encostas e os topos de morro, também consideradas zonas de risco. Nas encostas ocupadas por favelas e comunidades urbanas, existe uma ameaça à vida dos moradores devido ao perigo de deslizamentos e tragédias afins. “O apelo contra o dito Racismo Ambiental suscita questionamentos sobre a presença de racismo entre nós” (Herculano, 2008, p. 2).

Quando observamos as favelas e comunidades urbanas, vemos uma série de privações, como de transporte, segurança, saúde, equipamentos públicos e de lazer. Nesses territórios, a população frequentemente não possui acesso a esses serviços básicos, considerados essenciais por lei ((Vieira; Valério Filho; Mendes, 2024b). Enquanto as classes sociais privilegiadas desfrutam de cuidados e outros benefícios, as comunidades periféricas são, em grande parte, negligenciadas ou simplesmente ignoradas pelo poder público. Essa desigualdade persiste devido a um processo de vivência social diferenciado, evidenciado por condições de vida que se manifestam de maneira cruel, antiecológica e inumana. Os moradores desses aglomerados possuem baixa renda, são grupos raciais discriminados, e são os que recebem a maior carga de danos ambientais, fruto do desenvolvimento desordenado sob a frenética e doentia lógica capitalista. Já os beneficiados são os que detêm o poder hegemônico (Moraes *et al.*, 2016).

As situações de exposição da população periférica somente recebem atenção quando atingem proporções significativas e não aceitáveis. Diante das agudas disparidades sociais, a desigual exposição aos riscos ambientais fica oculta pela extrema pobreza e as condições precárias de vida a ela associadas. As grandes e inaceitáveis injustiças sociais não apenas encobrem, mas normalizam o fenômeno do racismo ambiental. “Enquanto não for entendido e plenamente aceito que o racismo é uma questão central na construção da democracia, continuará sendo igualmente difícil aceitar a centralidade do combate ao racismo ambiental” (Pacheco; Faustino, 2013, p. 111).

A diversidade das favelas e comunidades urbanas, com suas diferentes características em termos de tipos e localizações urbanas, se apresenta como

um complexo problema em expansão (IBGE, 2020). Essa realidade necessita de políticas públicas e um planejamento urbano inclusivo, mais sensível às particularidades dos aglomerados e suas condições de saneamento (Vieira; Valério Filho; Mendes, 2024c). A negligência não apenas perpetua a desigualdade social, mas também compromete os princípios fundamentais de saúde pública e do bem-estar coletivo, essenciais para uma sociedade civilizada e equitativa. Além disso, o saneamento básico é parte essencial dos direitos humanos referendados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, reforçando a necessidade de políticas inclusivas e favoráveis ao enfrentamento desse enorme desafio (Neves-Silva; Heller, 2016).

A nomenclatura "favelas e comunidades urbanas" é adotada neste estudo com base na nova definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), que as concebe como sendo áreas residenciais surgidas a partir de esforços autônomos e coletivos da população. Essas áreas se desenvolvem como resposta à escassez de políticas públicas eficazes e à falta de investimentos privados em habitação, refletindo em um empenho em atender às necessidades fundamentais de moradia, além de prover espaços para o comércio, serviços, lazer e cultura, com o objetivo de assegurar o direito à cidade.

Caracterizados por intensas relações de vizinhança, uso compartilhado de espaços e uma forte identidade comunitária, esses locais se manifestam sob várias denominações pelo Brasil, como: favelas, ocupações, comunidades, quebradas, grotas, baixadas, alagados, vilas, ressacas, mocambos, palafitas e loteamentos informais, refletindo nas especificidades geográficas, históricas e culturais. Essas comunidades simbolizam a desigualdade urbana, destacando as deficiências e as omissões das políticas públicas e dos investimentos privados em prover uma infraestrutura adequada, serviços públicos essenciais, equipamentos coletivos e proteção ambiental. Ademais, a incerteza jurídica em relação à posse da terra aumenta a vulnerabilidade dos residentes, comprometendo diretamente o direito à moradia digna e elevando o risco de despejos e remoções forçadas (IBGE, 2024).

## Metodologia

Este trabalho adota uma abordagem dialética e um procedimento metodológico baseado na técnica de documentação indireta, que busca dados relacionados ao objeto de estudo em fontes estatísticas de órgãos oficiais, além de realizar uma revisão bibliográfica. O intuito deste artigo é o de analisar a interação entre racismo ambiental, injustiça ambiental e a insuficiência dos serviços de esgotamento sanitário em favelas e comunidades urbanas no estado de São Paulo, a partir da seguinte questão: *Como o racismo ambiental e a injustiça ambiental se relacionam com a acessibilidade dos serviços de esgotamento sanitário nas favelas e comunidades paulistas?* (Marconi; Lakatos, 2003).

A abordagem dialética neste estudo é relevante para explorar as complexas interações entre racismo ambiental, injustiça ambiental e as deficiências nos serviços de saneamento básico em favelas e comunidades urbanas de São Paulo, já que permite a análise de contradições, de conflitos e de processo de mudança. Essa abordagem proporciona um entendimento sobre como as estruturas socioeconômicas e políticas contribuem para a perpetuação de desigualdades, e visa compreender os aspectos contraditórios dentro do sistema de saneamento e compreender como o racismo ambiental e a injustiça ambiental se manifestam e interagem com tais contradições (Marconi; Lakatos, 2003).

Este artigo está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, realiza-se uma análise do racismo ambiental, com sua contextualização histórica. A terceira oferece um panorama histórico e quantitativo das favelas e comunidades urbanas e dos serviços de esgotamento sanitário no estado de São Paulo. Na quarta seção, é apresentada uma discussão sobre a precariedade dos serviços de esgotamento nas favelas e comunidades urbanas paulistas, estabelecendo conexões com o racismo e a injustiça ambiental. Por fim, são apresentadas as considerações finais, consolidando as principais conclusões obtidas ao longo do estudo.



### Justificativa

Neste artigo, o enfoque no racismo e na injustiça ambiental se justifica pela necessidade e importância de análises das profundas desigualdades e lacunas marcantes ainda perceptíveis na sociedade brasileira. O tema é ainda pouco explorado, mas é um desafio à compreensão, pois não se alinha aos interesses da hegemonia dominante.

### RACISMO E INJUSTIÇA AMBIENTAL: IMPACTOS NO SANEAMENTO BÁSICO NAS FAVELAS E COMUNIDADES URBANAS PAULISTAS

A expressão *racismo ambiental* pode ser interpretada como sendo extrema ou radical por alguns, ao se observar a cor da pele de expressiva quantidade de corpos levados pelas enchentes, de soterrados pelos deslizamentos de terras ou pelas vítimas de doenças decorrentes da falta de saneamento. O racismo se revela como forma de desqualificar e anular o outro, negando-lhe sua semelhança com qualquer outro ser humano e imputando-lhe uma raça. Ao colocar o outro como inerentemente inferior, culpado biologicamente por sua própria situação, a pessoa se exime de responsabilidade e de ações de resgate, pois desumaniza o outro (Herculano, 2008).

Em 1982, durante um protesto contra um depósito de resíduos tóxicos na Carolina do Norte, o reverendo Benjamin Chavis, ativista dos direitos civis, cunhou o termo *racismo ambiental*. Sua prisão foi emblemática, evidenciando a discriminação racial em ataques às comunidades étnicas. Esse momento ocorreu em Warren County, onde a população negra lutava contra a contaminação por rejeitos tóxicos. Apesar de o protesto não ter impedido o despejo, trouxe visibilidade e alinhou compromissos do governo para fechar e limpar a localidade afetada pela contaminação, marcando um novo capítulo na luta pelos direitos civis de todos (Porto; Pacheco; Leroy, 2013).

Com formação em Química e conhecimento sobre os riscos da contaminação, Chavis declarou que o racismo ambiental se manifesta na discriminação racial das políticas ambientais, no descumprimento discriminatório de regulamentos e leis, na escolha deliberada de comunidades negras para despejar rejeitos tóxicos e instalar diversas indústrias poluentes, na aprovação

oficial de substâncias prejudiciais àquelas comunidades e na histórica exclusão dos principais grupos ambientalistas e de suas instâncias regulamentadoras (Pacheco ; Faustino, 2013).

A Comissão pela Justiça Racial da Igreja Unida de Cristo, liderada por Chavis, ativista que previamente guiava os jovens na Carolina do Norte, sob a orientação de Martin Luther King, engajou-se na batalha contra a injustiça ambiental. Em 1987, Chavis coordenou uma pesquisa com o respaldo da Igreja, culminando em uma publicação que revelou a abrangência do problema dos resíduos tóxicos em comunidades negras. Em 1991, a Comissão promoveu a pioneira Conferência Nacional das Lideranças Ambientalistas de Cor, congregando mais de 650 ativistas. Durante o evento, os participantes ampliaram sua compreensão sobre a injustiça e o racismo ambiental, reconhecendo que os seus impactos ultrapassavam as comunidades negras, atingindo povos indígenas, nativos do Alasca, fazendeiros mexicanos, latinos, asiáticos e outras aglomerações discriminadas, em ambientes urbanos, suburbanos e rurais. Como consequência, os delegados formularam os Princípios da Justiça Ambiental (Pacheco; Faustino, 2013).

O conceito contemporâneo de racismo ambiental se refere à injustiça plena enfrentada por comunidades de minorias étnicas, que constantemente estão expostas a condições de degradação do meio em que vivem. Essa problemática destaca a convergência entre questões raciais e ambientais, revelando padrões sistemáticos de exposição desigual a impactos prejudiciais à saúde e à qualidade de vida. Situações de injustiça ambiental incluem a privação de acesso a recursos naturais benéficos, como ar limpo, água potável, esgoto tratado e condições de vida saudáveis. Além disso, há a necessidade do enfrentamento de consequências nocivas advindas da degradação ambiental, como inundações, poluição, contaminação, falta de saneamento básico, condições precárias de moradia, educação e saúde (Porto; Pacheco; Leroy, 2013).

As pesquisas de Bullard (2002) mostram a exposição de comunidades negras a condições ambientais prejudiciais, destacando o impacto do fator racial

nas tomadas de decisões, embora o fator socioeconômico também influencie. Eis o conceito de racismo ambiental apresentado pelo autor:

Refere-se a políticas, práticas ou diretrizes ambientais que afetam de maneira diferenciada ou prejudicam, seja [de modo] intencional ou não, indivíduos, grupos ou comunidades com base em raça ou cor, [sendo reforçadas] por instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares (Bullard, 2002, p. 2).

A perspectiva de justiça ambiental surgiu da interconexão entre o meio ambiente, a educação, os direitos humanos e a saúde pública. Isso ocorre após a compreensão de como as questões ambientais impactam de maneira diversificada diferentes grupos sociais e territórios. À medida que a busca capitalista por crescimento acelerado, a qualquer custo, se intensifica, torna-se evidente a vantagem imediata de retrocessos socioambientais que eliminem as restrições impostas à exploração intensiva dos biomas nacionais, impactando todos os grupos sociais, principalmente os mais vulneráveis (Pádua, 2009).

O intelectual norte-americano Robert D. Bullard, notório por popularizar o termo *justiça ambiental*, também ampliou a ideia de racismo ambiental, concebendo a discriminação na formulação de políticas públicas, com sua aplicação e regulação. Ele destacou a histórica prática excludente das pessoas negras das posições de liderança nos movimentos ambientalistas. Essa interseção entre preocupações ambientais e empoderamento político impulsionou o reconhecimento do racismo ambiental, transformando o movimento de justiça ambiental e redefinindo o ambientalismo com base na inclusão e nas novas estruturas (Porto; Pacheco; Leroy, 2013).

Esse movimento, ao se conectar com os direitos civis, enfatizou o combate à discriminação institucional e proporcionou a promoção da equidade social indistintamente. Isso surgiu da tese de que as minorias étnicas, especialmente a população negra, enfrentavam uma exposição desproporcional aos impactos ambientais. Bullard definiu *justiça ambiental* como sendo o tratamento ético e necessário, e o envolvimento de todos, independentemente de raça, cor, nacionalidade e classe econômica, além da execução de leis e políticas ambientais. Isso inclui a garantia de que nenhum grupo aceite que

alguns sejam vítimas de consequências ambientais negativas (Pacheco; Faustino, 2013).

Bullard (2002) chegou ao conceito de injustiça ambiental, ao examinar o tratamento desigual de grupos e de comunidades com base em características, como raça, classe social ou outras distintivas. Tal estudo mostra a estreita conexão entre a injustiça ambiental e o racismo institucional, esclarecendo a razão pela qual a luta contra o racismo ambiental é incorporada ao movimento por justiça ambiental. Essa análise enfatiza a conexão intrínseca entre injustiça ambiental e racismo, proporcionando uma compreensão mais clara da razão pela qual a luta contra o racismo ambiental se tornou parte integrante da luta por justiça, sendo considerada como parte inclusiva do grande leque das conquistas sociais.

Tratamento justo e participação significativa de todas as pessoas, independentemente de raça, cor, origem nacional ou renda, no que diz respeito ao desenvolvimento, implementação e aplicação de leis, regulamentações e políticas ambientais. Tratamento justo significa que nenhum grupo de pessoas, incluindo os raciais, étnicos ou socioeconômicos, deve suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas decorrentes de operações industriais, municipais e comerciais, ou da execução de programas e políticas federais, estaduais, locais e tribais (Bullard, 2002, p. 4).

Embora o Brasil apresente um desenvolvimento econômico, industrial e institucional considerável em comparação a outros países latino-americanos, o país é caracterizado por uma forte concentração de poder e renda, resultando em inúmeras situações de injustiça, inclusive ambiental, também acompanhada da mesma tipologia de racismo. Um marco na introdução dessa temática foi a constituição da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), originada no Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, realizado em 2001, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói/RJ. Esse colóquio reuniu diversos segmentos, tais como: movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais, entidades ambientalistas, ecologistas, organizações dos movimentos negros, lideranças indígenas e representantes acadêmicos do Brasil e do exterior (Porto; Pacheco; Leroy, 2013).

Até então, os conceitos de justiça e racismo ambiental eram pouco discutidos no país. A RBJA foi oficialmente lançada no Fórum Social de Porto Alegre, em 2002, com a leitura de sua Declaração de Princípios, inicialmente assinada por 46 entidades do país, que representavam os movimentos sociais, os grupos ambientalistas, as organizações não governamentais, as associações de moradores, as populações atingidas, os sindicatos, as centrais sindicais e pesquisadores (Porto; Pacheco, 2009).

O termo racismo ambiental, no contexto brasileiro, em que há muitas e notáveis desigualdades sociais, tem sido associado historicamente a várias situações de injustiça ambiental e a conflitos étnicos. Dois dos mais significativos desastres ambientais corroboram as teorias de racismo e injustiça. No incidente do rompimento da barragem, em Mariana/MG, em 2015, a maioria das vítimas imediatas eram identificadas como negras. Esse desastre, atribuído à mineradora Samarco, resultou na contaminação da bacia do Rio Doce, com resíduos de mineração, além da destruição de residências e 19 mortes. A lama tóxica impactou as águas do rio, prejudicando a subsistência de comunidades ribeirinhas. Já no caso do rompimento da barragem, em Brumadinho/MG, em 2019, a maioria dos desaparecidos foram identificados como não brancos e com renda média inferior a dois salários-mínimos. Esse desastre, atribuído à mineradora Vale, também resultou em injustiça ambiental para aquela população (Souza *et al.*, 2023).

Portanto, o racismo e a injustiça ambiental, em conjunto, reforçam a naturalização das diferenças sociais, contribuindo para a aceitação da pobreza e da vulnerabilidade de uma parcela significativa da população. Essa perspectiva aborda as disparidades sociais e ambientais que afetam os grupos étnicos vulneráveis. Vale destacar que o racismo ambiental não se limita a ações explicitamente racistas, mas também abrange aquelas que, independentemente de suas intenções, têm implicações raciais, sejam elas conscientes ou não. A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (2007) fornece uma explicação educativa do conceito de injustiça ambiental, estabelecendo ligações íntimas e comuns com o racismo ambiental:



A condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sócio-políticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, população de baixa renda, segmentos discriminados pelo racismo ambiental, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis de cidadãos (Declaração II da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, 2007, p. 1).

A ausência de investimentos em infraestrutura de saneamento básico, principalmente dos serviços de esgotamento sanitário em favelas e comunidades urbanas, aliada a condições habitacionais precárias e outros fatores, concentra-se nas regiões com maiores privações socioeconômicas, que são habitadas por grupos sociais e étnicos marginalizados, considerados subalternos (Vieira; Valério Filho; Mendes, 2024d). A Figura 1 mostra essa situação de precariedade.

Figura 1. Favela com condições precárias de saneamento básico



Fonte: Frazão, F. (2020).

Essa realidade contribui para as condições ambientais adversas de vida e de trabalho nesses territórios. Os impactos nos espaços urbanos se manifestam com a falta de saneamento básico, com muita poluição, com enchentes, com formação de lixões, com acidentes ambientais e, ainda, com a falta de regulação fundiária. Essa problemática não apenas reflete as desigualdades socioeconômicas, mas evidencia a carência de representação

política e de poder de decisão desses grupos em questões ambientais (Porto *et al.*, 2013).

Ao discutir a questão do racismo, Gonzalez (2020) identifica duas formas estratégicas de manter a exploração e a opressão: o racismo aberto e o disfarçado. Enquanto o racismo aberto é mais prevalente em países anglo-saxônicos, o disfarçado predomina em sociedades de origem latina, cujas teorias como a da miscigenação, da assimilação e da democracia racial ganham destaque. Essas ideias obscurecem a realidade do racismo, dificultando a conscientização objetiva de suas práticas. No contexto brasileiro, a crença histórica na miscigenação gerou o mito da inexistência de racismo no país, alimentando a alienação e impedindo o reconhecimento direto das formas discriminatórias.

Gonzalez (2020, p. 28, grifo nosso) denuncia, de maneira contundente, a persistência de uma mentalidade preconceituosa que perpetua o racismo e a injustiça ambiental em crenças como “*negro tem mais é que viver na miséria*”, e que é aceitável relegá-lo à condição de favelado. Essa visão estigmatizante não apenas marginaliza os negros, mas também reforça a exclusão social, negando-lhes o acesso equitativo a oportunidades e a condições dignas de vida.

O fenômeno do racismo ambiental transcende os limites de contextos rurais ou de biomas e florestas, estendendo-se também para o ambiente urbano. Embora as iniciativas de preservação ambiental estejam comumente vinculadas a áreas mais distantes e a biomas florestais ou rurais, as favelas e comunidades urbanas são palcos de inúmeras violações desses mesmos direitos. A negligência em relação a abordagens de questões relacionadas à saúde ambiental e ao saneamento em áreas com predominância de populações negras é interpretada como forma institucionalizada de racismo ambiental (Porto *et al.*, 2013).

Em *O Espaço do Cidadão*, o Professor Milton Santos (2020) explora a temática da cidadania, estabelecendo conexões com áreas onde os serviços públicos são deficientes. Nesse contexto, a análise da confluência entre racismo, injustiça ambiental e a carência de saneamento básico emerge como um ponto a ser questionado. A falta de investimentos adequados em comunidades

marginalizadas resulta de uma estrutura social que perpetua e agrava as desigualdades e discriminações. A deficiência no saneamento básico impõe obstáculos ao pleno exercício da cidadania, negando o acesso aos serviços essenciais que garantiriam uma vida de melhor qualidade, digna e justa (Vieira *et al.*, 2024a).

Santos (2020, p. 24) aborda a desigualdade, enfatizando que algumas pessoas com maior acesso a direitos e serviços são consideradas “mais cidadãs”, enquanto outras são privadas dessas oportunidades e são consideradas “menos cidadãs”. Nesse contexto de privilégios, Gonzalez (2020, p. 75) refere-se ao preconceito e ao racismo presentes na estrutura social, reproduzindo um discurso que tenta disfarçar essa situação discriminatória, como o dito por algum morador de favela: “Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem.” No entanto, a realidade contradiz essas palavras, uma vez que o racismo e a injustiça ambiental persistem e impedem a existência concreta de cidadãos.

No Estado de São Paulo, há muitos casos que envolvem remoções de moradores para as periferias, em função do desenvolvimento de projetos urbanos, favorecendo o mercado imobiliário e as classes mais privilegiadas. Tais áreas periféricas se caracterizam como margens de córregos, rios, reservatórios, encostas íngremes, zonas alagáveis e vales. Essas áreas necessitam de regulamentação específica e não atraem atenção no âmbito do mercado em razão de seu baixo valor comercial. As relações entre Estado e os setores imobiliário e financeiro exercem forte influência nos processos de valorização e desvalorização urbana, moldando novas centralidades e eixos dessa expansão (Vieira *et al.*, 2024b).

Nesse sentido, as dinâmicas de mercado frequentemente suprimem o direito à moradia, fortalecendo a hegemonia de setores dominantes e a criminalização dos movimentos sociais nas periferias, que buscam os direitos fundamentais de seus habitantes. As razões para esses deslocamentos incluem as lógicas mercadológicas, os projetos imobiliários e até argumentos de preservação ambiental em áreas que passam a ser mais valorizadas para outros

fins, enquanto os excluídos se tornam uma população vulnerável, sujeita à precariedade tanto em termos urbanísticos quanto fundiários. Sobre isso, Maricato (2015) esclarece que:

As áreas ambientalmente frágeis — beiras de córregos, rios e reservatórios, encostas íngremes, áreas alagáveis, fundos de vale e outras —, que, por essa condição, merecem legislação específica e não interessam ao mercado legal, são as que “sobram” para a moradia de grande parte desta população. As consequências das gigantescas invasões são muitas: poluição dos recursos hídricos e dos mananciais, banalização de mortes por desmoronamentos, enchentes, epidemias, etc. (Maricato, 2015, p. 82).

O racismo ambiental atinge contextos urbanos e rurais e evidencia a carência de representatividade e poder de decisão dos grupos étnicos vulneráveis. A negligência em relação a condições de saneamento básico e de saúde em comunidades negras se estende a uma manifestação institucionalizada de racismo ambiental. Cabe ressaltar que esse tipo de racismo vai além de ações explicitamente racistas, abrangendo também aquelas com implicações raciais, o que reforça a necessidade urgente de abordar essas questões, para promover efetivamente justiça ambiental (Pacheco; Faustino, 2013).

## **A DINÂMICA DA EXPANSÃO PERIFÉRICA NAS FAVELAS E COMUNIDADES URBANAS PAULISTAS**

A estrutura socioespacial do estado de São Paulo está profundamente ligada à história da ocupação territorial desde a chegada dos colonizadores europeus, acompanhada da presença de povos indígenas, negros escravizados e, mais tarde, imigrantes. Os valores culturais, as técnicas, as ciências e os movimentos econômicos trazidos por esses grupos foram cruciais nos processos e nas dinâmicas de organização e transformação da sociedade e do território.

A análise da estrutura geofísica desse Estado assume relevância para uma compreensão abrangente das dimensões econômicas, políticas e sociais, especialmente no contexto da construção urbana em áreas periféricas e suas condições precárias. A realidade econômica, delineada pelo desenvolvimento de forças produtivas e pelos avanços tecnológicos, gera dinâmicas territoriais que



contribuem para os processos que excluem e segregam parte da população, na medida em que não existe espaço ideal para todos.

A exploração dessa dinâmica na formação socioespacial se torna instrumental para a proposição e para o fortalecimento de políticas públicas territoriais. Ao identificar particularidades e desafios relativos à formação socioespacial, é possível desenvolver estratégias mais eficazes para abordar questões relacionadas à urbanização periférica e à precariedade habitacional, visando à construção de espaços mais inclusivos e equitativos (Silva Neto, 2002). Nas primeiras décadas do século XX, a configuração geográfica desempenhou um papel importante no processo de urbanização, conforme o Quadro 1, que nos mostra o cenário de formação municipal de cinco séculos no Estado de São Paulo.

Quadro 1. Cronologia da Formação Municipal no Estado de São Paulo

Séc.	Formação Municipal
XVI	O processo de ocupação da costa, especialmente no litoral sul, teve seu início com o estabelecimento de São Paulo, marco inicial da ocupação da região do Planalto Atlântico. Destaca-se o movimento de expansão das comunidades em direção ao interior, tendo a cidade de São Paulo como epicentro. Essa dinâmica territorial estabeleceu as bases para o crescimento dessa cidade, e as transformações significativas na formação socioespacial da região do Planalto Atlântico.
XVII	Originando-se em São Paulo (capital), a expansão territorial se estendeu nas direções norte, leste e oeste do Planalto Atlântico, servindo como impulso ao progresso contínuo de toda a região e remodelando as dinâmicas socioespaciais de maneira duradoura.
XVIII	O Planalto Atlântico já abrigava núcleos urbanos consolidados, que desempenharam um papel de pontos nodais de interação e intercâmbio, promovendo uma rica tessitura sociocultural na região.
XIX	Com o advento do ciclo cafeeiro, teve início a “marcha para o oeste”, expansão direcionada à Depressão Periférica, que altera a configuração do espaço geográfico e exerceu uma função importante nas trajetórias econômicas e sociais.
XX	A ocupação do Planalto Ocidental é concluída, sinalizando uma fase importante no avanço territorial, em que a estrutura atual do Estado se delineia, e as regiões são exploradas e tendem a se desenvolver, consolidando a presença populacional e de atividades econômicas modernas.

Fonte: Adaptado de Silva Neto (2002, p. 28).

A ocupação do território, alinhada aos diferentes ciclos econômicos, ocorreu, primordialmente, de acordo com as características do relevo e da rede



hidrográfica, além de ter influenciado as formas de urbanização. Assim como no Brasil, a urbanização do estado de São Paulo se constituiu, historicamente, por uma organização e dinâmicas características de países periféricos. Inicialmente, subjugava-se a uma economia predominantemente agrária, inserida em um modelo agroexportador, cuja metrópole buscava extrair o máximo da Colônia. A distribuição e a utilização da terra conferiram ao povoamento um caráter rural, restringindo as funções urbanas, uma vez que os latifúndios operavam como unidades semiautônomas.

Com o progresso da industrialização e com a introdução de novas bases técnico-científicas na produção, a urbanização brasileira passou por transformações significativas, levando à expansão do que Milton Santos denominou de meio-técnico-científico-informacional. Houve uma integração mais abrangente não apenas em escala nacional, mas também dentro do próprio estado de São Paulo. As reflexões apresentadas por Santos (2018), em *A Urbanização Brasileira*, continuam a suscitar questionamentos relevantes até os dias atuais, como podemos ver nas palavras do geólogo.

Como, nas cidades, vive a maioria dos brasileiros? Quais as suas condições de trabalho e não-trabalho? Qual a sua renda? Que acesso têm aos benefícios da maternidade? Quais as suas carências principais? Como se distribuem, na cidade, as pessoas, segundo as classes e os níveis de renda? Quais as consequências da marginalização e da segregação? Quais os problemas da habitação e da mobilidade, da educação, da saúde, do lazer e da seguridade social? Como definir os lugares sociais na cidade, o centro e a periferia, a deterioração crescente das condições de existência? (Santos, 2018, p. 10-11).

A configuração da rede urbana no estado de São Paulo foi moldada pela estrutura natural do território. As regiões interiores, como Campinas e Ribeirão Preto, prosperaram economicamente devido à riqueza do solo. Já Presidente Prudente enfrentou desafios em extensas áreas de baixa fertilidade, demandando outras competências técnicas no manejo do solo. Também em Registro e Itapeva, a topografia acidentada e o solo pouco produtivo explicam a estagnação econômica, mesmo em proximidade com a capital. A urbanização paulista foi impulsionada pela expansão das fazendas de café, seguindo uma lógica técnico-econômica coerente.

O café representava uma fonte expressiva de receita de exportação, incentivando avanços técnicos, como a expansão das plantações em busca de áreas férteis, com o refinamento das práticas agrícolas e com a adoção de mão de obra assalariada. Essa dinâmica resultou na expansão da malha urbana, caracterizada pela construção de infraestrutura ferroviária e portuária, de instituições bancárias, de estabelecimentos comerciais e de serviços, além da industrialização, especialmente nos setores têxtil e de máquinas agrícolas (Silva Neto, 2002).

Atualmente, o estado de São Paulo está dividido em 645 municípios, abrangendo uma área total de 248.219,481 km<sup>2</sup>, equivalente a 2,9% do território brasileiro. Com uma população de 44.420.459 habitantes e uma densidade demográfica de 178,96 habitantes/km<sup>2</sup>, representa aproximadamente 22% da população nacional. O Estado se destaca também por liderar a produção industrial e ter o maior Produto Interno Bruto (PIB) do país, contribuindo com cerca de 31,2% do total de riquezas geradas em 2020. Esse desempenho econômico reflete nas suas cidades, muitas das quais figuram entre as mais ricas e desenvolvidas do Brasil (IBGE, 2022).

Embora ocupe a posição de Estado mais rico, São Paulo se destaca de maneira preocupante no que diz respeito à quantidade de domicílios em favelas e comunidades urbanas (IBGE, 2020). Esse cenário crítico, que salta à vista na Tabela 1, evidencia não apenas uma contradição social expressiva, mas também coloca em pauta questões relacionadas à distribuição desigual de recursos e oportunidades.

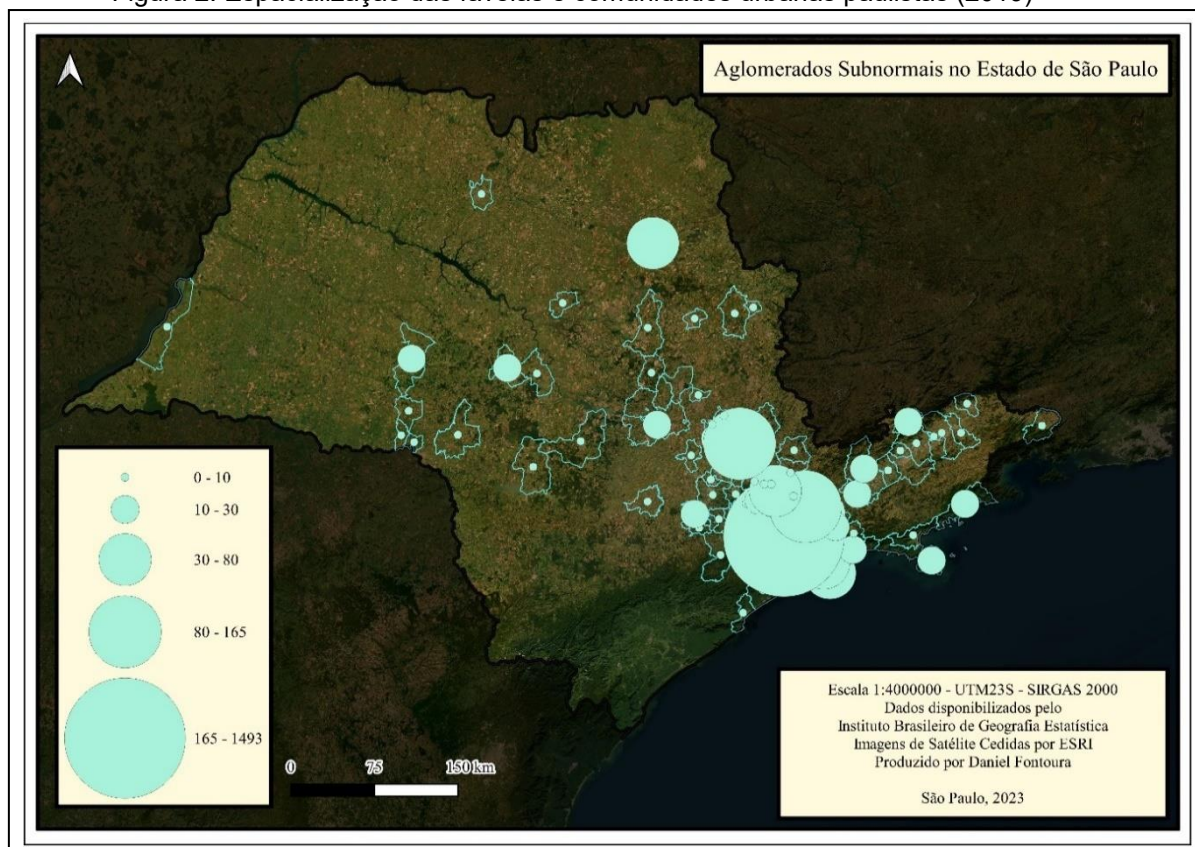
Tabela 1. Número de domicílios localizados em favelas e comunidades urbanas por Estado

Estados	Número de domicílios localizados em favelas e comunidades urbanas – 2019
São Paulo	1.066.813
Rio de Janeiro	717.326
Bahia	469.677
Pará	432.518
Amazonas	393.995
Pernambuco	327.090
Espírito Santo	306.439
Ceará	243.848
Minas Gerais	231.385
Maranhão	114.625

Fonte: adaptado do IBGE (2020).

A análise desses números aponta para a necessidade premente de políticas públicas que abordem a questão habitacional e social, visando a reduzir as disparidades existentes e a garantir condições dignas de moradia para todos. Essa situação levanta alguns questionamentos sobre a desigualdade na distribuição de recursos e no acesso aos benefícios do desenvolvimento econômico. Os dados revelam um panorama crítico, destacando o Estado possuidor do maior número de domicílios em favelas e comunidades urbanas, em 2019, totalizando 1.066.813 residências. Essa quantidade expressiva de favelas reflete o desafio habitacional e evidencia as disparidades socioeconômicas presentes em diversas regiões. A ausência de esgotamento sanitário agrava ainda mais as condições de vida das comunidades. O elevado número de domicílios nessas condições ressalta a urgência de políticas públicas que busquem promover o acesso à moradia adequada e à melhora das condições sanitárias (IBGE, 2020). A Figura 2 nos mostra a espacialização das favelas e comunidades urbanas paulistas em 2019.

Figura 2. Espacialização das favelas e comunidades urbanas paulistas (2019)



Fonte: IBGE (2020).



O aumento na quantidade de favelas e comunidades urbanas no estado de São Paulo, além de impor desafios de natureza social e ambiental, se configura como um entrave ao alcance da universalização do saneamento básico. Quando a população não recebe a devida prestação dos serviços públicos com relação à moradia, ela se vê compelida a ocupar áreas frequentemente inadequadas para fins habitacionais. A vulnerabilidade é uma recorrência nesses locais, que apresentam distorções inerentes ao planejamento urbano e à gestão pública de estruturas essenciais para uma vida digna. Isso resulta em injustiça e racismo ambiental em espaços nos quais as minorias estão constantemente em risco, conforme evidenciado na Figura 3 (Vieira *et al.*, 2024c).

Figura 3. Precariedade de saneamento básico na favela Paraisópolis



Fonte: Rovena, R. (2017).

Essa realidade demanda uma análise crítica dos mecanismos existentes, visando a correção desses problemas e a melhoria das condições de vida das comunidades residentes (Instituto Trata Brasil, 2016). Embora os dados do IBGE forneçam informações sobre a quantidade de favelas e comunidades urbanas, indicando uma tendência de crescimento, Maricato (2021, p. 37) destaca que “não há números gerais, confiáveis, sobre a ocorrência de favelas em todo

Brasil.” Segundo a autora, há falhas metodológicas e dificuldade em determinar a titularidade da terra das favelas. O processo de urbanização se assemelha a uma máquina que gera favelas e impacta negativamente o meio ambiente. Conforme Maricato (2021),

Mas de todas as mazelas decorrentes deste processo de urbanização, no qual uma parte da população está excluída do mercado residencial privado legal e da produção formal da cidade, uma das mais graves talvez possa ser identificada na área do saneamento (Maricato, 2021, p. 39).

Dentro do contexto da lógica capitalista, as diversas formas de acesso à moradia nas cidades estão intrinsecamente ligadas às contradições espaciais originadas pelas relações sociais de produção. Essas contradições se manifestam por meio de conflitos relativos ao uso do solo e à obtenção de acesso às infraestruturas urbanas (Villaça, 2012). Os dados divulgados pelo IBGE (2020) indicam um expressivo aumento das favelas e comunidades urbanas no país, alcançando a marca de 13.151, com 5.127.747 domicílios. Esse cenário incita a uma reflexão sobre o processo de urbanização conduzido pelo modo de produção capitalista e as desigualdades resultantes no acesso à moradia e às infraestruturas sociais e econômicas. As favelas e comunidades urbanas surgem como uma manifestação visível das desigualdades socioespaciais. A Tabela 2 detalha tal crescimento no período de 2010 a 2019.

Tabela 2. Quantitativos das favelas e comunidades urbanas no Brasil

Características	2010	2019
Municípios com favelas e comunidades urbanas	323	734
Quantidade total de favelas e comunidades urbanas	6. 329	13. 151
Quantidade de domicílios ocupados em favelas e comunidades urbanas	3. 224. 529	5. 127 747

Fonte: Adaptado do IBGE (2020).

A cidade capitalista exclui os pobres, pois a posse privada do solo urbano requer uma renda que a economia não assegura à grande maioria da população. Uma parte dela acaba residindo em locais onde os direitos da propriedade privada não vigoram, como em áreas de propriedade pública ou em terrenos vazios por especulação. Quando os direitos da propriedade privada são



reinstaurados, os moradores são despejados, ressaltando a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do solo. A exclusão dos indivíduos de baixa renda na cidade capitalista, que se baseia na posse privada do solo urbano, requer uma renda inacessível para muitos ocuparem o espaço urbano. Os proprietários de terra desempenham um papel importante na produção desse espaço, influenciando seu acesso e sua distribuição de modo desigual (Singer, 1982).

O Diagnóstico Temático sobre os Serviços de Água e Esgotos, com foco na Gestão Técnica de Esgoto, publicado em 2022, pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), da Secretaria Nacional de Saneamento (SNS), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), revela que, em 2020, cerca de 55,8% da população do Brasil tinha acesso às redes coletoras de esgoto. No entanto, é relevante ressaltar que aproximadamente 100 milhões de habitantes ainda não tinham acesso a esse serviço. A região Norte registrou uma taxa de apenas 14,0%, enquanto a região Sudeste ostentava um índice consideravelmente mais elevado, atingindo 81,7%, como podemos ver na Tabela 3.

Tabela 3. Índice de coleta de esgoto com rede coletora por região

Região	Percentual da população total com acesso à coleta de esgoto
Região Norte	14,0%
Região Nordeste	30,2%
Região Centro-Oeste	61,9%
Região Sudeste	81,7%
Região Sul	48,4%

Fonte: Adaptado de Ministério do Desenvolvimento Regional [MDR] (2022).

Essa diferença sublinha a premente necessidade de abordar as deficiências, visando assegurar um acesso mais amplo, equânime e eficaz aos serviços essenciais de esgotamento sanitário em todo o território, além de destacá-lo como o elemento mais complexo do saneamento a ser alcançado (MDR, 2022). Os dados apresentados revelam uma clara desigualdade no acesso à coleta de esgoto entre as distintas regiões do Brasil. A Região Sudeste lidera, com 81,7% da população total desfrutando desse serviço essencial.

Entretanto, apesar desses bons índices, a maioria da população das favelas e comunidades urbanas paulistas não está sendo atendida. A Região Norte apresenta o menor percentual, com apenas 14,0% da população total com acesso à coleta de esgoto. Essa disparidade levanta questões críticas sobre a distribuição desigual de infraestrutura básica e de serviços públicos (MDR, 2022).

No que se refere aos estados, observamos uma elevada desigualdade nos índices de coleta de esgoto. Apenas São Paulo (93,5%) e o Distrito Federal (90,9%) conseguem superar a marca dos 90%. A presença de índices de coleta de esgoto inferiores a 20% está concentrada na região Norte, especialmente nos seguintes estados: Amazonas, Acre, Pará, Rondônia, Amapá e Maranhão. Essa situação ressalta uma realidade preocupante de desigualdade e negligência em relação aos serviços essenciais de saneamento básico. Tal discrepância não somente acentua as disparidades socioeconômicas entre os Estados, mas destaca a necessidade urgente de intervenções e de investimentos em saneamento nas áreas mencionadas (MDR, 2022).

Embora o estado de São Paulo apresente bons índices de coleta de esgoto com rede geral (93,5%), esse aparente desenvolvimento contrasta com a realidade crítica de suas favelas (MDR, 2022). Essa desconexão entre os índices agregados e a situação nas favelas e comunidades urbanas ressalta a desigualdade intrínseca e a necessidade de uma abordagem mais abrangente, inclusiva e isonômica no fornecimento de serviços de esgotamento sanitário para todas as comunidades, independentemente de sua localização ou contexto socioeconômico (Vieira *et al.*, 2024d).

No que se refere ao tratamento de esgoto no Brasil, conforme o diagnóstico do SNIS, referente ao ano de 2020, o índice de tratamento de esgotos, de forma geral, alcança 79,8%, quando se considera o volume total de esgotos coletados. Contudo, o índice de tratamento em relação ao volume total dos esgotos, calculado com base na proporção entre os volumes tratados utilizando o consumo de água, apresenta uma redução para 50,8% do índice de tratamento. Essa divergência ressalta questões críticas relacionadas à eficácia do tratamento de esgotos. A análise revela uma situação que requer avaliação

crítica e a implementação de medidas efetivas para aprimorar a gestão e eficácia desses serviços (MDR, 2022).

## **RACISMO E INJUSTIÇA AMBIENTAL NAS FAVELAS E COMUNIDADES URBANAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

A exploração dessa problemática revela as complexas relações entre racismo e injustiça ambiental com o cenário do saneamento básico em favelas e comunidades urbanas no estado de São Paulo, proporcionando uma visão esclarecedora das lacunas na prestação de tais serviços. Esse exame destaca a dura realidade vivenciada por comunidades que buscam o essencial para uma vida que possa ser considerada minimamente digna. Os residentes dessas localidades enfrentam condições bastante desfavoráveis, lidando com desafios substanciais no acesso aos serviços fundamentais de saneamento, especialmente na coleta e no tratamento de esgotos.

O urbanista norte-americano Mike Davis (2006) conduziu uma minuciosa investigação sobre as origens do rápido crescimento populacional em habitações precárias nos países emergentes do Terceiro Mundo, especialmente a partir da década de 1980, conforme abordado em *Planeta Favela*. Com o processo de urbanização nesses locais, as favelas emergiram nas periferias dos centros urbanos, impulsionadas pelo avanço do capital. Davis estima a existência de cerca de 200 mil favelas globalmente, destacando o papel dos especuladores imobiliários, que lucram com a miséria de grandes parcelas de homens e mulheres e a incapacidade estatal de fornecer infraestrutura e habitações populares adequadas.

Davis (2006) sublinha a colaboração entre esses especuladores e o Estado, especialmente em processos de deslocamentos populacionais, abrindo espaço para a especulação imobiliária. Essa dinâmica revela a complexidade das interações entre agentes públicos e privados, moldando a geografia urbana e impactando diretamente a vida de populações mais vulneráveis. O autor destaca o surgimento de ilhas de prosperidade em arranha-céus e condomínios de luxo fortificados, que se distanciam da população em crescimento nas favelas, protegidas por barreiras físicas e serviços de segurança privados e arraigados

pela violência e o preconceito. Essa dinâmica segregacionista vem dos conflitos entre as classes sociais, enfatizando a disparidade entre aqueles que vivem dentro dessas muralhas, se assemelhando a uma cidade medieval. Enquanto os entusiastas celebram a globalização da riqueza, Davis revela o reverso desse fenômeno: o significativo aumento da pobreza em escala global, socializando a fome, o desemprego e a miséria, enquanto o poder e a riqueza estão cada vez mais concentrados.

No cenário paulista, percebemos que a problemática do racismo e injustiça ambiental reflete a interseção entre questões humanas e ecológicas, se manifestando pelos agravos da disparidade socioespacial estrutural materializados nas condições de vida em favelas e comunidades urbanas, onde as carências de saneamento básico e habitacionais saltam aos olhos (Pacheco; Faustino, 2013). Isso se evidencia de forma expressiva pela concentração dessas condições socioespaciais críticas em regiões periféricas, refletindo o acesso desigual à provisão de recursos estatais fundamentais. Tais circunstâncias apontam para a urgência de políticas de atenção do Estado a essas comunidades, por meio de ações, equipamentos e serviços, tais como aquelas que podem efetivamente superar os déficits sociais, urbanísticos, habitacionais e, em específico, os de saneamento básico, tais como podemos ver na Figura 4, que mostra a Favela Paraisópolis (Vieira *et al.*, 2024e).

Figura 4. Favela Paraisópolis na cidade de São Paulo



Fonte: Rovena, R. (2022).

A complexa dinâmica da formação socioespacial, em São Paulo, permeada por processos históricos que influenciaram sua organização territorial, revela uma conexão estreita entre tecnologia e economia, no seletivo desenvolvimento urbano capitalista (Silva Neto, 2002). Essa dinâmica resultou na segregação das classes menos privilegiadas para a periferia, frequentemente sujeitas à injustiça e ao racismo ambiental. A análise histórica nos mostra a influência desses processos na configuração do desenho estrutural das cidades. A urbanização paulista, inicialmente voltada para a agricultura e vinculada ao modelo agroexportador, passou por transformações com o avanço da industrialização. O ciclo do café, com suas implicações econômicas e técnicas, desempenhou um papel determinante na expansão da urbanização e configuração da rede urbana. Essa trajetória culminou com a complexidade da formação socioespacial urbana do Estado, representada pelas dinâmicas da expansão metropolitana integradas aos principais eixos rodoviários e respectivos contextos do desenvolvimento econômico regional.

O descarte inadequado de esgoto está diretamente associado a diversas doenças, impactando, de maneira desproporcional, as comunidades mais vulneráveis, e agravando ainda mais suas condições de vida já deficientes (Funasa, 2015). Essas doenças ampliam as disparidades enfrentadas e refletem as implicações recíprocas entre problemas raciais e ambientais. Além disso, a contaminação do solo e da água representa uma séria ameaça, evidenciando a susceptibilidade de certos segmentos populacionais ao buscarem enfrentar as consequências prejudiciais dessa realidade adversa.

O panorama do contexto paulista, apesar de sua proeminência como o Estado mais populoso, economicamente estruturado e próspero, evidencia profundas desigualdades humanas e sociais, pela densidade e complexidade envolvidas. Uma visão crítica dos mecanismos urbanos revela a exclusão das classes menos privilegiadas do mercado imobiliário legal e suas circunstâncias. Ao se configurar como um território regido pelos ditames capitalistas mais atuais, fundamentado na financeirização da economia e na vida social, ainda, com força na propriedade privada do solo urbano, nele se verifica a dimensão aumentada da marginalização dos cidadãos de renda mais baixa, em contraposição aos



privilégios e favorecimentos daqueles que vivem em condições de acessibilidade plena aos benefícios da vida urbana. Essa constatação salienta a natureza contraditória do sistema social, em que o acesso à cidade é condicionado pela capacidade financeira de certos segmentos sociais, em detrimento da “irrelevância” socioeconômica de numerosos estratos menos favorecidos pelas políticas públicas. Esse fenômeno pode ser observado na favela Jardim Nova Esperança (O Banhado), em São José dos Campos/SP, que exemplifica de forma contundente a interligação entre saneamento básico e segregação socioespacial. Nessa comunidade, a ausência de infraestrutura de saneamento básico é evidente, sem qualquer sistema mínimo de esgotamento sanitário, como ilustrado na Figura 5.

Figura 5- Favela Jardim Nova Esperança (O Banhado)



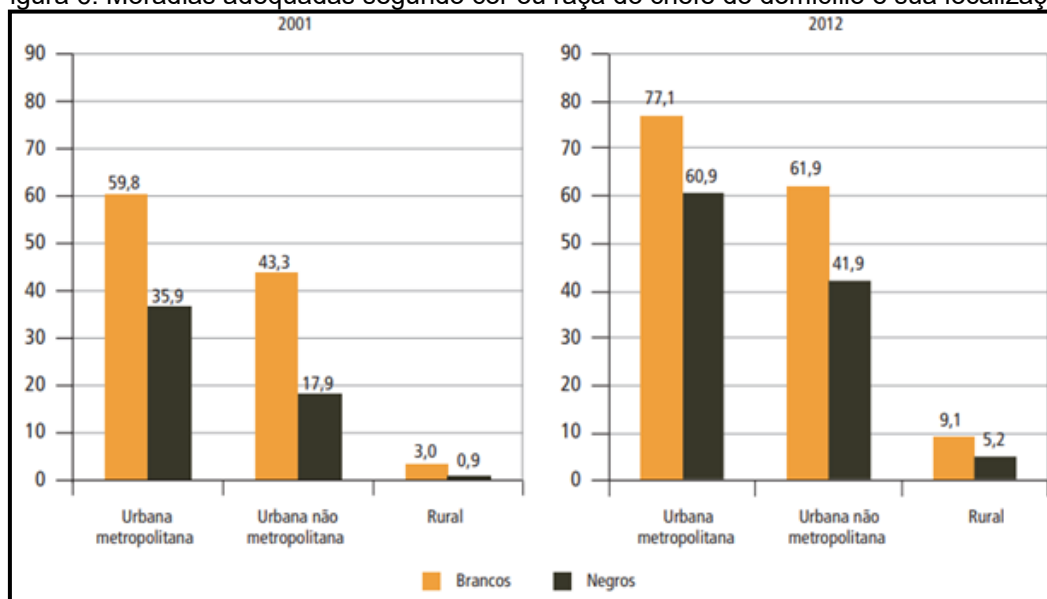
Fonte: Acervo do repórter fotográfico Lucas Lacaz Ruiz.

O rápido crescimento de habitações precárias, impulsionado pela urbanização e o acelerado avanço do capital, se equipara às mesmas deficiências encontradas em países do Terceiro Mundo (Davis, 2006). Isso revela como a falta de investimentos adequados perpetua, amplia e aprofunda a estrutura de desigualdades, impactando negativamente nas perspectivas de melhoria da qualidade de vida. A injustiça e o racismo ambiental são interfaces das disparidades socioeconômicas, agravando as difíceis condições enfrentadas por aquelas populações, em que a maioria é, não raro, constituída por pessoas negras que ainda padecem de discriminação e de estigmatizações.

O aumento de mais de 100% no número de municípios por 9 anos, totalizou 734 municípios (IBGE, 2020) e suscita questionamentos sobre as potenciais implicações decorrentes do aumento do volume de esgoto sem a adequada coleta e tratamento. Como enfrentar os desafios associados a esse considerável crescimento e garantir medidas efetivas para preservar a qualidade ambiental, o bem-estar e a qualidade de vida dos habitantes dessas favelas e comunidades urbanas? Nessa perspectiva, a ausência de ações adequadas evidencia uma séria negligência ambiental, uma vez que as comunidades marginalizadas são impactadas diretamente pela falta dessa mesma infraestrutura (Vieira *et al.*, 2025b).

Um trabalho publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2014), intitulado *Situação Social da População Negra por Estado*, apresenta indicadores de situação social segundo as condições de vida e trabalho. Entre os indicadores, estão os de moradia, saúde, higiene, educação, lazer e qualidade de vida. Tal estudo considera uma residência adequada quando apresenta condições favoráveis, dependendo de vários fatores combinados, incluindo: a construção em alvenaria ou em madeira tratada, com telhas ou lajes; acesso a água potável com canalização, coleta de esgoto e lixo; uma ocupação máxima de dois indivíduos por dormitório, com banheiro no domicílio; e disponibilidade de telefonia e eletricidade. Para ser classificada como moradia com boas condições, a residência deve atender a todos esses critérios, o que torna o indicador bastante rigoroso, especialmente nas áreas rurais (Ipea, 2014). Com base nessas considerações, a Figura 6 apresenta dados sobre a moradia adequada no estado de São Paulo, categorizados, em porcentagem, de acordo com a localização do domicílio e a cor ou raça do chefe.

Figura 6. Moradias adequadas segundo cor ou raça do chefe do domicílio e sua localização



Fonte: Ipea (2014, p. 17).

Os dados mostrados na Figura 5 revelam as disparidades nas condições de adequação das moradias com base na cor, raça e na localização do domicílio, tanto em 2001 quanto em 2012. As discrepâncias raciais são constantes em todas as situações, evidenciando que as famílias lideradas por indivíduos brancos desfrutam de uma incidência muito maior de moradias em condições adequadas em comparação com aquelas lideradas por pessoas não brancas, independentemente da localização e de outros fatores. Adicionalmente, os residentes em áreas metropolitanas têm uma probabilidade maior de ter acesso a moradias em condições adequadas, se comparados com quem vive em áreas urbanas não metropolitanas, que, por sua vez, têm condições superiores às de quem vive em domicílios rurais.

É importante ressaltar que as condições de moradia permanecem em dualidade crítica, visto que apenas 50,8% das moradias estavam em condições adequadas em 2012, comparadas aos 33,7%, em 2001. Embora tenha havido uma evolução evidente na realidade social entre 2001 e 2012, as disparidades persistem, indicando que os esforços para universalizar as políticas públicas são insuficientes quando se trata de enfrentar as desigualdades raciais (Ipea, 2014).

É pertinente mencionar a pesquisa conduzida pelo economista Marcelo Paixão (2000), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que utilizou a metodologia da Organização das Nações Unidas (ONU) para elaborar o Índice

de Desenvolvimento Humano (IDH), que engloba diversos indicadores sociais, como: renda, habitação, educação, saúde, expectativa e qualidade de vida. O pesquisador recalculou o IDH brasileiro, considerando a população branca e negra (agrupando as categorias *pretos* e *pardos*), e os comparou com os índices de outros 174 países. Os resultados indicaram que, enquanto o Brasil se posiciona na 79ª posição, a sua população branca está classificada em 49º lugar. Em contrapartida, a população negra encontra-se na 108ª posição (Paixão, 2000). Assim, a discrepância entre as populações branca e negra brasileiras é de 59 posições, sendo que a deficiência no saneamento básico contribui para a amplificação dessa disparidade, sendo ele um dos parâmetros de grande importância na configuração desse diagnóstico.

Os dados do Censo Demográfico de 2022 expõem desigualdades acentuadas no acesso aos serviços de esgotamento sanitário, afetando desproporcionalmente as populações pretas e pardas (IBGE, 2022). Essa situação não apenas ressalta as deficiências em infraestrutura, mas também reflete em profundas desigualdades raciais no acesso aos serviços de esgotamento sanitário adequado, como podemos ver nos dados apresentados na Tabela 4.

Tabela 4. Dados de Racionalidade associada aos serviços de esgotamento sanitário

Percentual da população	Descrição dos Dados de Racialidade Relacionados à Precariedade dos Serviços de Esgotamento Sanitário
62,5%	População brasileira que mora em domicílios conectados à rede de coleta de esgoto
69,0%	Pretos e pardos da população brasileira vivem sem esgoto adequado mesmo sendo 55% da população brasileira
58,1%	pardos da população brasileira vivem sem esgoto adequado mesmo sendo 45,3% da população brasileira
29,5%	brancos da população brasileira vivem sem esgoto adequado mesmo sendo 43,5% da população brasileira

Fonte: IBGE (2022).

Podemos inferir que essas estatísticas se replicam no Estado de São Paulo, evidenciando que as comunidades pretas e pardas enfrentam desafios similares em termos de acesso ao saneamento adequado, perpetuando um ciclo de racismo e injustiça ambiental. Esta desigualdade não é apenas uma questão de deficiência de serviços públicos, mas um reflexo claro de racismo e injustiça



ambiental. A análise desses dados demonstra a necessidade de implementação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes, mas também sublinha a necessidade de uma ação contínua e consciente para dismantelar as barreiras que perpetuam essa segregação socioespacial (Vieira *et al.*, 2025c).

Nesse sentido, a ausência de infraestrutura sanitária não apenas impacta a saúde, mas também agrava as disparidades socioeconômicas já presentes, tornando imperativa a implementação de novas e adequadas políticas que atendam às necessidades imediatas e que promovam uma transformação estrutural capaz de garantir condições dignas para todas as comunidades em médio e longo prazos (Vieira; Vieira, 2024).

Uma maneira de transformar esse cenário é por meio da educação, que necessita também de mudanças estruturais, amplas e contínuas. As atividades educacionais sofrem de uma influência estrutural-funcionalista balizada. O novo passo para uma ação histórico-crítica que possa enxergar e combater questões ambientais e de racismo ainda não faz parte do plano de ação da educação formal em todos os níveis.

Contudo, é importante reconhecer que as instituições educacionais, conscientemente (ou não), moldam uma cultura social que influencia os processos e os resultados de maneira desfavorável para indivíduos não brancos, perpetuando a ideologia do predomínio branco e/ou segmentos economicamente privilegiados. Esse fenômeno contribui para uma falsa meritocracia impregnada de racismo, que se estende para além do ambiente escolar e restringe as oportunidades para os negros em funções de liderança. Esse complexo conjunto de situações mantém a supremacia branca, contribuindo para a perpetuação do racismo estrutural no que tange ao conhecimento, à cultura e à formação das consciências (Costa Neto, 2012).

## CONCLUSÃO

O estudo sobre a relação do racismo e da injustiça ambiental em conexão ao saneamento básico em favelas e comunidades urbanas do Estado de São Paulo revela uma intrincada interconexão entre os elementos ambientais, sociais e econômicos. A análise das desigualdades nas condições de saneamento

evidencia as carências imediatas enfrentadas por comunidades vulneráveis e a perpetuação de estruturas que as marginalizam e ampliam os ciclos do preconceito e da segregação de determinados grupos como forma de classificá-los e subjugar-los, para defender as zonas de conforto daqueles que não se enquadram nesse padrão de referências raciais e sociais.

A avaliação da precariedade dos serviços de esgotamento sanitário nessas favelas leva a pensar na complexidade da realidade social, ultrapassando fronteiras geográficas, socioeconômicas, além das de ordem cultural e político-institucionais. A visualização clara das dificuldades no fornecimento de saneamento básico lança luz sobre a difícil situação diária das comunidades mais vulneráveis, que enfrentam a escassez do essencial para uma vida que possa ser considerada digna.

A perspectiva de justiça ambiental, aqui explorada, destaca a necessidade de abordagens inclusivas que considerem a interseção entre o meio ambiente, a educação, a dignidade, os direitos humanos, a saúde pública, a propriedade dos meios de vida, a cidadania, entre outros. A busca incessante por crescimento econômico tem conduzido a retrocessos socioambientais, impactando, de maneira desproporcional, os grupos sociais mais vulneráveis. Assim, o racismo ambiental, embora pareça uma expressão extrema, se revela nas condições de vida e nas consequências adversas do saneamento básico inadequado.

A trajetória histórica do racismo ambiental nos Estados Unidos oferece centelhas valiosas sobre as lutas contra a discriminação racial nas políticas ambientais. A partir dessas experiências, lições podem ser extraídas para a realidade latino-americana, com destaque para a importância do engajamento social e político em vista de mudanças importantes, já tardias e mais do que necessárias. O conceito contemporâneo de racismo ambiental amplia a compreensão das questões sociais, incluindo a discriminação na formulação de políticas e sua aplicação e regulação, além de interferir qualitativamente na vida das pessoas. Fala-se, portanto, de um novo paradigma, cuja abordagem holística destaca a necessidade de combater práticas explicitamente racistas e as que têm implicações raciais e de ordem social, cultural e econômica. Há, portanto, uma outra concepção de filosofia inovadora, que emerge no âmago dos

fenômenos que nos cercam cotidianamente, e que não podem mais ser ignorados.

No contexto específico do estado de São Paulo, a análise da formação socioespacial e da dinâmica urbana revela que a falta de investimentos equânimes em saneamento básico contribui para a segregação socioeconômica. Isso ocorre no contexto de uma estrutura subjacente ao sistema altamente centralizador e opressor. Os benefícios são, naturalmente, destinados àqueles que se beneficiam de privilégios de um modelo de dinâmica social que favorece alguns em uma proporção aritmética, enquanto o crescimento majoritário de marginalizados atinge proporções geométricas. Assim, a realidade se configura em favor de uma elite cada vez mais rica, em detrimento de uma grande maioria de pobres, alcançando níveis de miserabilidade, com os negros ou não brancos. Isso configura o racismo, em confluência às condições locais em que as pessoas vivem ou trabalham.

A injustiça ambiental se configura como causa, e o racismo ambiental surge como efeito catalisador dessa realidade. Enquanto se ampliam os condomínios luxuosos, ocorre a exclusão das classes menos privilegiadas pelo mercado imobiliário legal, refletindo a natureza excludente do sistema social, no qual o acesso à cidade é condicionado pela capacidade financeira, agravando as desigualdades sociais congêneres. Trata-se de uma realidade social complexa, resultante dos processos de urbanização e de produção do espaço das cidades, que, igualmente, se tornaram cada vez mais complexos no estado paulista, particularmente, no espaço urbano-metropolitano de São Paulo e em redes urbanas regionais interligadas.

A análise das favelas e comunidades urbanas no Estado de São Paulo fornece um exemplo concreto dessa realidade, evidenciando a urgência de abordagens para lidar com os desafios associados ao crescimento dessas comunidades em situação de vulnerabilidade. Essa problemática está relacionada à injustiça e ao racismo ambiental, pois destaca desigualdades no acesso a condições dignas de habitação e, conseqüentemente, dos meios de vida. Torna-se imperativo enfrentar os obstáculos habitacionais e confrontar ativamente as raízes profundas dessas desigualdades, que perpetuam a

marginalização das comunidades mais vulneráveis no cenário urbano e em suas contingências.

A falta de acesso apropriado aos serviços de saneamento básico nas favelas e comunidades urbanas do Estado revela uma desconexão entre os indicadores agregados e a vivência das comunidades mais vulneráveis. A deficiência estrutural desses serviços afeta a saúde pública e mantém as formas de injustiças, incluindo a ambiental. Apesar de São Paulo ser o Estado mais populoso e economicamente mais bem desenvolvido, a confrontação com as disparidades sociais cria um paradoxo na narrativa do progresso estadual, pois nem todas as evidências podem ser consideradas benéficas. A análise crítica dos mecanismos de expansão e produção do espaço urbano ressalta a exclusão das classes menos privilegiadas do mercado imobiliário legal, perpetuando um sistema que limita o acesso à cidade e à capacidade financeira e marginaliza os estratos sociais menos favorecidos.

A desigualdade no acesso aos serviços de saneamento, manifestada pelas notáveis disparidades, deixa clara a necessidade premente de intervenções e investimentos em saneamento para as áreas mais suscetíveis. Espera-se que investigações futuras possam impulsionar ações para mitigar as desigualdades e aprimorar as condições de saneamento, independentemente da origem social, econômica ou étnico-racial dos indivíduos.

Ao explorar as raízes do rápido crescimento populacional em moradias precárias, conforme discutido por Davis (2006), adiciona-se uma camada de complexidade ao panorama urbano. A colaboração entre especuladores imobiliários e o Estado, especialmente em processos de remoção, destaca a intrincada rede de interações entre entidades privadas, sociedade civil e agentes públicos, sendo que tal intervenção é, na verdade, responsabilidade de todos. Diante desse contexto, torna-se imperativo aprofundar a compreensão dessas relações e desenvolver estratégias que propiciem mudanças no cenário urbano, almejando um ambiente mais inclusivo e justo, com a abordagem das injustiças espaciais.

Em última análise, a insuficiência de infraestrutura nos serviços de esgotamento sanitário nas favelas e comunidades urbanas do Estado de São

Paulo configura um desafio complexo, inerentemente associado à injustiça e ao racismo ambiental. Superar essa situação não se limita a medidas imediatas, mas exige uma reformulação estrutural e conjuntural muito mais abrangente. Faz-se necessário implementar políticas, diretrizes e ações que supram as necessidades próximas e impulsionem uma melhoria na qualidade de vida e na equidade para todas as comunidades. Trata-se de um fenômeno complexo de grandes proporções qualitativas e quantitativas, cuja solução demanda uma visão e enfrentamento integrados, envolvendo esferas governamentais, movimentos sociais e agentes diversos da sociedade civil. Em essência, essa questão representa uma perspectiva política profunda, que requer medidas, ideias e pensamentos mais coerentes diante do conhecimento real do problema.

Este estudo destaca a urgência de um compromisso coletivo na busca por soluções que garantam condições dignas para todas as comunidades, indistintamente, sem segregações ou exclusões. O enfrentamento das disparidades no saneamento básico não é meramente uma questão técnica ou financeira, mas requer uma visão muito mais ampla com foco na área humana e na plena conquista de direitos a todos e de forma digna.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, L. E.; WERNECK, J.; LOPES, F. Saúde da população negra. *In: Saúde da população negra*. 2012. p. 372-372. Brasília, DF: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

BULLARD, R. D.; JOHNSON, G. S.; SMITH, S. L.; KING, D. W. Vivendo na linha de frente da luta ambiental: lições das comunidades mais vulneráveis dos Estados Unidos. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, [S. l.], v. 3, n. 3, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/recm/article/view/2546>. Acesso em: 8 mar. 2025.

BULLARD, R.D. Confronting Environmental Racism in the Twenty- First Century. **Global Dialogue**, 4(11). (winter 2002). p. 2, 4. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/211519773?sourcetype=Scholarly%20Journ>. Acesso em: 7 mar. 2025.

COSTA NETO, A. da. **Escolas e Hospícios**: ensaio sobre a educação e a construção da loucura. Goiânia: Kelps, 2012.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.



FRAZÃO, F. Covid-19: moradores de favelas precisam de ações de prevenção. **Agência Brasil**. 19 mar. 2020. Disponível em:

[https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/covid-19-moradores-de-favelas-precisam-de-acoes-de-prevencao#:~:text=Problemas%20hist%C3%B3ricos%20como%20falta%20de,\(Fiocruz\)%2C%20Paulo%20Buss](https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/covid-19-moradores-de-favelas-precisam-de-acoes-de-prevencao#:~:text=Problemas%20hist%C3%B3ricos%20como%20falta%20de,(Fiocruz)%2C%20Paulo%20Buss). Acesso em: 10 mar. 2025.

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde. Departamento de Saneamento. **Manual de Saneamento**. 4. ed. Brasília: [s./ed.], 2015.

HERCULANO, S. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. **Encontro da ANPPAS**, 1, 1-15. 2002. Disponível em: [https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Riscos\\_\\_v4\\_e\\_desigualdade\\_social.pdf](https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Riscos__v4_e_desigualdade_social.pdf). Acesso em: 10 mar. 2025.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 3, n. 1, p. 01-20, 2008. p. Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2025.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo-afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 28.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Coordenação de Geografia**: Favelas e Comunidades Urbanas: 2024: notas metodológicas n. 01: sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas; Favelas e Comunidades Urbanas: notas metodológicas; Notas metodológicas n. 01 Aglomerados Subnormais: resultados preliminares, base gráfica e tabular. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102062.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39237-censo-2022-rede-de-esgoto-alcanca-62-5-da-populacao-mas-desigualdades-regionais-e-por-cor-e-raca-persistem>. Acesso em: 9 mar. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-jose-dos-campos.html>. Acesso em: 7 mar. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Situação social da população negra por estado Brasília**: IPEA, 2014. p. 17. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3290/1/Situa%C3%A7%C3%A3o%20social%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20negra%20por%20estado.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Pesquisa Saneamento Básico em Áreas Irregulares**: relatório Brasil. 2016. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/relatorio-completo-areas-irregulares.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

JESUS, V. de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde e soc.** 29 (2), 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/5LRzfP3sP8kCDbhnJy6FkDH/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2021. p.39.

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional. SNIS. **Diagnóstico Temático**: Gestão Técnica de Esgoto (ano de referência 2020) publicado em agosto de 2022. Brasília. Disponível em: [https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/diagnosticos\\_snis](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/diagnosticos_snis). Acesso em: 7 mar. 2025.

MORAIS, M. da P.; KRAUSE, L.; LIMA NETO, V.C (ed.). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários**: estudos de caso brasileiros. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2016. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160718\\_caracterizacao\\_tipologia.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160718_caracterizacao_tipologia.pdf). Acesso em: 10 mar. 2025.

NEVES-SILVA, P.; HELLER, L. O direito humano à água e ao esgotamento sanitário como instrumento para promoção da saúde de populações vulneráveis. **Ciência; Saúde Coletiva**, v. 21, n. 6, p. 1861-1870, junho 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jnhCmSSRJGFNPzB3QtKg4GN/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 mar. 2025.

PÁDUA, J. A. (org.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 151-16.

PACHECO, T.; FAUSTINO, C. A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa. In: Porto, M.F.; Pacheco, T.; LEROY, J.P., comps. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**: o Mapa de Conflitos [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, p. 73-114. ISBN 978-85-7541-576-4. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/468vp/pdf/porto-9788575415764-04.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PÁDUA, R. F. Espaços de desindustrialização na urbanização contemporânea da metrópole. In.: CARLOS, A. F. A (org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2018.

PAIXÃO, M. **Desenvolvimento humano e as desigualdades étnicas no Brasil**: um retrato do final do século XX. Proposta, Rio de Janeiro: Fase, ano 29, nº 86, p. 30-51, set.- nov.2000.

PORTO, M. F.; PACHECO, T. Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil. Tempus. **Actas em Saúde Coletiva**, 4(4), 26-37, 2009. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/download/742/1537>. Acesso em: 7 mar. 2025.

PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/468vp/pdf/porto-9788575415764.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2025.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. **Declaração II de Princípios da Rede Brasileira de Justiça Ambiental** - RBJA. p. 1. Disponível em: <https://rbja.org/wp-content/uploads/2022/12/Declaracao-de-Principios-da-RBJA.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2025.

ROVENA, R. Novo incêndio na favela de Paraisópolis, São Paulo. **Agência Brasil**. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2017-03/novo-incendio-na-favela-de-paraisopolis-em-sao-paulo-1581318414-2>. Acesso em: 10 mar. 2025.

ROVENA, R. Pesquisa traça perfil de moradores de Heliópolis e Paraisópolis. **Agência Brasil**. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-11/pesquisa-traca-perfil-de-moradores-de-heliopolis-e-paraisopolis>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2020.

SASSEN, S. As diferentes especializações das cidades globais. **Arquitextos**, São Paulo, v. 8, n. 1, 2008. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.103/87/pt>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SEABRA, O. C. de L. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. (org.). **Geografias de São Paulo**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 305.

SILVA NETO, M. L. da. **A interação técnico-econômica do território paulista**. Encontro Brasileiro de Estudos Regionais e Urbanos, 2, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/ScBGnVsmH8PdmCLMRrZ4MWz/?format=pdf;lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SINGER, P. O. uso do solo urbano na economia capitalista. (1982). In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

SOUZA, A. T. P. de; PAULA, A. C. A. de; BORGES, D. D. Os casos Mariana e Brumadinho análise crítica dos aspectos trabalhistas e previdenciários dos grandes acidentes de trabalho. **Revista do Direito Público**, 18(2), 80-100,

2023. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/44057>. Acesso em: 10 mar. 2025.

VIEIRA, J. M. de S. **Desafios da universalização dos serviços de esgotamento sanitário nos assentamentos precários de São José dos Campos-SP**. 2023. 130 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.univap.br/items/f032cf6d-4dd4-404f-8414-a8c379a95ce7/full>. Acesso em: 28 jun. 2024.

VIEIRA, J. M. de S.; VALÉRIO FILHO, M.; MENDES, R. M. A precariedade dos serviços de esgotamento sanitário nos aglomerados subnormais do estado de São Paulo: uma chaga de difícil tratamento. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 1, 2024a. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/8775>. Acesso em: 8 jul. 2024.

VIEIRA, José Moacir de Sousa; VALÉRIO FILHO, Mário; MENDES, Rodolfo Moreda. Challenges and reality of sanitary sewage services in subnormal agglomerates in the State of São Paulo. **Scientific Journal of Applied Social and Clinical Science**, v. 4, n. 15, 2024b. DOI: 10.22533/at.ed.2164152403078. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/artigo-revista/desafios-e-realidade-dos-servicos-de-esgotamento-sanitario-em-aglomerados-subnormais-no-estado-de-sao-paulo-2>. Acesso em: 21 mar. 2025.

VIEIRA, José Moacir de Sousa; VALÉRIO FILHO, Mario; MENDES, Rodolfo Moreda. Desigualdades no Saneamento de Pequenas Cidades de uma Região Metropolitana. **Geografia (Londrina)**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 109–129, 2024c. DOI: 10.5433/2447-1747.2025v34n1p109. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/51258>. Acesso em: 21 mar. 2025.

VIEIRA, José Moacir de Sousa; MENDES, Rodolfo Moreda; VALÉRIO FILHO, Mario. Perspectivas de Léia Gonzalez e Milton Santos em relação ao racismo e ao preconceito de classe: o caso do Jardim Nova Esperança em São José dos Campos-SP. **PerCursos**, Florianópolis, v. 25, p. e0117, 2024d. DOI: 10.5965/19847246252024e0117. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/24356>. Acesso em: 21 mar. 2025.

VIEIRA, J. M. de S.; VILLANOVA, L. B.; VALÉRIO FILHO, M.; MENDES, R. M.; GOMES, C. Integração de Áreas Verdes na política urbana brasileira: desafios e perspectivas. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, [S.l.], v. 20, n. 4, 2024a. DOI: 10.17271/1980082720240245244. Disponível em: [https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum\\_ambiental/article/view/5244](https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/view/5244). Acesso em: 26 nov. 2024.

VIEIRA, J. M. de S.; VIEIRA, D. S.; VALÉRIO FILHO, M.; MENDES, R. M.; GOMES, C. Trauma psíquico em condições de vulnerabilidade dos serviços de esgotamento sanitário: o caso de uma favela em São José dos Campos-SP. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 7, p. e 4027, 2024b. DOI:



10.7769/gesec. v15i7.4027. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/se-cretariado/article/view/4027>. Acesso em: 12 dez. 2024.

VIEIRA, J. M. de S.; VILLANOVA, L. B.; VALÉRIO FILHO, M.; MENDES, R. M.; GOMES, C. Contrastes urbanos no acesso aos serviços de esgotamento sanitário em aglomerados subnormais: o caso da Comunidade Lagoa Azul 2 em Jacareí-SP. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, [S. l.], v. 12, n. 86, 2024c. DOI: 10.17271/23188472128620244848. Disponível em: [https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento\\_de\\_cidades/article/view/4848](https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/4848). Acesso em: 12 dez. 2024.

VIEIRA, J. M. de S.; VALÉRIO FILHO, M.; MENDES, R. M.; GOMES, C. A Complexa Universalização dos Serviços de Esgotamento Sanitário em Favelas e Comunidades Urbanas: Um Estudo em São José dos Campos-SP. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 6, n. 02, p. 627–654, 2024d. DOI: 10.46551/rvg2675239520242627654. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/8055>. Acesso em: 12 dez. 2024.

VIEIRA, J. M. de S.; VILLANOVA, L. B.; VIEIRA, D. S.; GOMES, C.; MENDES, R. M.; VALÉRIO FILHO, M. Pequenas cidades da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte Paulista: contribuições das soluções baseadas na natureza e desafios para a universalização dos serviços de esgotamento sanitário. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 17, n. 13, p. e13569, 2024e. DOI: 10.55905/revconv.17n.13-194. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/13569>. Acesso em: 12 dez. 2024.

VIEIRA, José Moacir de Sousa; VILLANOVA, Luana Braz; VALÉRIO FILHO, Mario; MENDES, Rodolfo Moreda; GOMES, Cilene. A Precariedade do Espaço da Cidadania: Saneamento na Favela Jardim Nova Esperança, São José dos Campos-SP. **Ciência ET Praxis**, [S. l.], v. 20, n. 35, p. 47–66, 2025a. DOI: 10.36704/cipraxis. v20i35.8998. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/view/8998>. Acesso em: 21 mar. 2025.

VIEIRA, José Moacir de Sousa; VILLANOVA, Luana Braz; GOMES, Cilene; MENDES, Rodolfo Moreda; VALÉRIO FILHO, Mario. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E DESIGUALDADES NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: UM OLHAR SOBRE AS FAVELAS EM UMA CIDADE INTELIGENTE. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. e1479, 2025. DOI: 10.23900/2359-1552v14n1-42-2025b. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1479>. Acesso em: 21 mar. 2025.

VIEIRA, José Moacir de Sousa; VALÉRIO FILHO, Mario; MENDES, Rodolfo Moreda; GOMES, Cilene; VILLANOVA, Luana Braz. Desenvolvimento territorial perverso: A precariedade do saneamento básico na Favela Jardim Nova Esperança em São José dos Campos-SP. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 23, n. 62, p. e16040, 2025c. DOI: 10.21527/2237-6453.2025.62.16040.



Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/16040>. Acesso em: 21 mar. 2025.

VIEIRA, D. S.; VIEIRA, J. M. de S. A COMPLEXIDADE DA ANSIEDADE NA ABORDAGEM FREUDIANA: UM ESTUDO SOBRE SUAS ORIGENS, MANIFESTAÇÕES E IMPACTO NA PSICANÁLISE. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 4, n. 5, p. e4106, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N5-062. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/4106>. Acesso em: 12 dez. 2024.

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012. p. 70.